

SUMÁRIO

Capítulo I	
CONTEXTUALIZANDO O CDC	33
1. O CDC como um “microsistema legislativo”	33
2. O que são normas de “ordem pública e interesse social”?	34
3. Autonomia e heteronomia	35
4. O CDC como uma “lei de função social”	36
5. O fundamento constitucional do CDC	37
6. Questões de concursos	38
Capítulo II	
CARACTERÍSTICAS DO CDC	39
1. Normas principiológicas	39
2. Vocação de expansão	40
3. Diálogo das fontes	40
4. Irrelevância dos aspectos formais	41
Capítulo III	
PRINCÍPIOS DO CDC	43
1. Vulnerabilidade do consumidor	43
2. Transparência	44
3. Informação	44
4. Segurança	46
5. Equilíbrio nas prestações	47
6. Reparação integral	48
7. Solidariedade	49
8. Interpretação mais favorável ao consumidor (interpretação contra o estipulante)	51
9. Boa-fé objetiva	52
10. Reparação objetiva	53
11. Adimplemento substancial	54
12. “Venire contra factum proprium”	54
13. Conservação do contrato	55
14. Modificação das prestações desproporcionais (oneriosidade excessiva)	56
15. Equidade	57
16. Harmonia nas relações de consumo	58
17. Acesso à justiça	61
18. Questões de concursos	63

Capítulo IV

RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO 67

1. Os sujeitos 67

2. Identificando o consumidor e o fornecedor 68

 2.1. Os profissionais liberais são fornecedores de serviços? 70

3. Teorias “maximalista” e “minimalista” 73

4. Compreendendo a expressão “destinatário final” 73

 4.1. Ampliações jurisprudenciais do conceito do “destinatário final” 75

5. A pessoa jurídica como consumidora 76

6. Consumidor pessoa física e consumidor pessoa jurídica: presunções 77

7. Possibilidade de limitar a indenização: consumidor pessoa jurídica ... 78

8. Consumidor por equiparação 79

 8.1. As três hipóteses previstas do consumidor por equiparação
 (art. 2º, parágrafo único; art. 17; art. 29) 79

 8.2. Os “bystanders”: consumidores sem contrato de consumo 81

9. Responsabilidade contratual e extracontratual:
 irrelevância no CDC 82

10. Questões de concursos 83

Capítulo V

RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO ... 87

1. Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço 88

2. Vício do produto 89

3. Vício do serviço 90

4. Fato do produto 90

5. Fato do serviço 92

6. Perigo intrínseco 93

7. Prazo decadencial do vício 93

8. Prazo prescricional do fato 94

9. Responsabilidade objetiva do fornecedor 95

10. Ausência do defeito: prova a cargo do fornecedor 97

11. Comerciante: responsabilidade subsidiária? 97

12. Questões de concursos 98

Capítulo VI

EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE 103

1. Excludentes de responsabilidade:
 quais são aceitas no sistema de consumo? 103

2. Caso fortuito ou força maior 104

 2.1. A análise dos riscos assumidos pelo fornecedor 105

3. Culpa exclusiva da vítima	106
4. Fato exclusivo de terceiro	106
5. Culpa concorrente	106
6. Teoria do risco do desenvolvimento	108
7. Questões de concursos	109

Capítulo VII

DANOS MORAIS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	111
1. Breve panorama legislativo e jurisprudencial	112
2. Indenização ressarcitória e indenização compensatória	113
3. Morte de familiar: quem poderá propor ação contra o fornecedor de produtos ou serviços?	114
4. Quais agressões perfazem dano moral?	115
5. Danos não patrimoniais de alguma gravidade	117
6. Se a vítima falecer antes de propor ação, os herdeiros podem fazê-lo?	119
7. A quantificação do dano moral	120
8. O STJ pode alterar valores de dano moral?	122
9. A condição econômica do autor do dano e da vítima influem na fixação do valor?	124
10. A dúplici função do dano moral (aspecto punitivo ou pedagógico)	125
11. CDC x Convenção de Varsóvia: indenização por perda de bagagem ..	126
12. O dano moral sofrido por consumidor pessoa jurídica	127
13. Dano moral pode resultar do descumprimento do contrato pelo fornecedor de produtos ou serviços?	128
14. Dano moral e dano estético podem ser cumulados?	129
15. Como se provam os fatos constitutivos do dano moral?	131
16. Responsabilidade civil das empresas de estacionamento	133
16.1. Excludentes de responsabilidade civil	133
16.2. Irrelevância da gratuidade	135
16.3. Outras hipóteses	135
16.3.1. Shopping centers ou supermercados	136
16.3.2. Estacionamento de hospital	138
16.3.3. Estacionamento de hotel	138
16.3.4. Estacionamento por manobristas de restaurantes	138
16.3.5. Estacionamento de postos de combustível	139
17. Responsabilidade civil no transporte de pessoas	139
17.1. Contextualização	139
17.2. Obrigação de meio ou de resultado? Cláusula de incolumidade	140
17.3. O dano causado por terceiro: responde a empresa de transporte?	140
17.3.1. Dano conexo ao transporte	140

17.3.2. Dano desconexo ao transporte	141
17.4. Transporte gratuito ou de mera cortesia	142
17.5. Excludentes de responsabilidade	144
17.5.1. Culpa exclusiva da vítima	144
17.5.2. Caso fortuito ou força maior (Código Civil, art. 393, parágrafo único)	144
17.5.2.1. Fortuito interno e fortuito externo	145
17.5.3. Culpa concorrente	147
17.6. Cláusulas de irresponsabilidade ou de não indenizar	148
17.7. Aplicação do CDC ao contrato de transporte	149
17.8. Danos causados a terceiros (não passageiros)	149
18. Responsabilidade civil dos médicos	150
18.1. Cirurgias estéticas	150
18.1.1. Obrigações de meio ou resultado?	151
18.1.1.1. Obrigação de meio	151
18.1.1.2. Obrigação de resultado	151
18.1.2. Superação da dicotomia	152
19. Dano moral coletivo	152
20. Questões de concursos	154

Capítulo VIII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO CDC	157
1. Decadência (vício do produto ou serviço)	157
1.1. Vício oculto	157
1.1.1. Produtos duráveis	157
1.1.2. Produtos não duráveis	157
1.2. Início da contagem do prazo na hipótese de existir garantia contratual	158
1.3. Vício aparente	158
1.4. Causas que suspendem a decadência	158
2. Prescrição (fato do produto ou serviço)	159
2.1. Quando se inicia a contagem do prazo prescricional?	160
3. Conflito entre o CDC e CC/2002: interpretação favorável ao consumidor	161
4. Questões de concursos	162

Capítulo IX

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	165
1. Desconsideração da personalidade jurídica	165
2. CDC: primeira lei brasileira a prevê-la	165

3. Desconsideração da personalidade jurídica sempre que esta for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento dos consumidores	166
4. Críticas ao art. 28 do CDC	167
5. Sociedades integrantes de grupos societários, sociedades controladas, sociedades consorciadas e sociedades coligadas	168
6. O juiz pode declarar a indisponibilidade dos bens na própria sentença declaratória de falência?	169
7. A aplicação da teoria significa encerramento das atividades da pessoa jurídica?	169
8. Aplicação da teoria da desconsideração pela administração pública	170
9. A questão da sociedade irregular ou de fato	170
10. Há necessidade de propositura de ação autônoma?	170
11. Questões de concursos	171

Capítulo X

PRÁTICAS COMERCIAIS	173
1. Pessoas, determináveis ou não, expostas às práticas comerciais	173
2. O efeito vinculante da oferta publicitária	176
3. O dever de prestar informações corretas e precisas	178
4. Oferta de peças de reposição	180
5. Venda por telefone ou reembolso postal	181
6. Solidariedade do fornecedor pelos atos dos prepostos ou representantes autônomos	181
6.1. Teoria da aparência	182
7. Opções para o consumidor na hipótese do fornecedor recusar cumprimento à oferta publicitária	183
8. Questões de concursos	184

Capítulo XI

A PUBLICIDADE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	185
1. A publicidade na sociedade atual	185
1.1. Direito de identificação da mensagem como sendo publicitária	185
1.2. Dever do fornecedor de manter dados técnicos que lastreiam as informações publicitárias	186
2. Publicidade enganosa	186
2.1. Publicidade enganosa por omissão	188
2.2. Publicidade enganosa resultante de erro de terceiro	189
3. Publicidade abusiva	189
4. A força vinculante da publicidade para o fornecedor	190
5. Ônus da prova na comunicação publicitária	190

6. A contrapropaganda	191
7. Questões de concursos	192

Capítulo XII

PRÁTICAS ABUSIVAS	195
1. Venda casada ou imposição de limites quantitativos pelo fornecedor	195
2. Recusa de contratar pelo fornecedor	196
3. Produtos enviados sem solicitação prévia	197
4. Aproveitamentos das vulnerabilidades específicas do consumidor	198
5. Exigência de vantagens excessivas	198
6. Execução de serviço sem orçamento prévio	198
7. Repasse de informações depreciativas relativas a consumidor	199
8. Inserção no mercado produto em desacordo com as normas técnicas	200
9. Recusa de venda de bens ou prestação de serviços	201
10. Elevação sem justa causa do preço de produtos ou serviços	201
11. Ausência de prazo para cumprimento de obrigação pelo fornecedor	202
12. Aplicação de fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido	203
13. Orçamento: dever de entrega, vinculação e prazo de validade	203
14. Produtos ou serviços sujeitos ao regime de controle de preços	204
15. Cobrança de dívidas	205
15.1. Proibição de constrangimentos ou exposição do consumidor ao ridículo	205
15.2. Direito do cobrado indevidamente ao dobro do que houver pago	206
15.2.1. Pagamento fundado em cláusula contratual posteriormente declarada nula enseja devolução em dobro?	207
15.2.2. É preciso provar culpa do fornecedor para incidência do art. 42?	208
16. Questões de concursos	208

Capítulo XIII

BANCO DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES	211
1. Acesso do consumidor às informações a ele relativas	211
2. Limite temporal de consignação das informações negativas: 05 anos	211
3. Dever de comunicação por escrito ao consumidor	212
3.1. De quem é o dever de comunicação?	213

4. Dívida discutida em juízo pode ser inscrita?	213
5. Dano moral decorrente de indevida inscrição em cadastro negativo ...	214
5.1. Desnecessidade da prova de prejuízo concreto	215
5.2. Valores de indenização	216
5.3. Controvérsia restrita apenas ao valor da dívida	216
6. Bancos de dados como entidades de caráter público	216
7. Prescrição dos débitos e cadastros negativos	217
7.1. Prescrição da ação de cobrança, não do título executivo	217
8. Bancos de dados contra maus fornecedores	218
9. Questões de concursos	219

Capítulo XIV

NEGÓCIOS JURÍDICOS – PRINCÍPIOS CLÁSSICOS E ATUAIS	223
1. Tríplice escolha da vontade	224
1.1. Persiste a tríplice escolha?	224
2. Igualdade formal	225
2.1. Igualdade material ou substancial	225
3. <i>Pacta sunt servanda</i>	226
3.1. Boa-fé objetiva	226
4. Relatividade dos contratos	226
4.1. Função social do contrato	227
5. Autonomia da vontade	227
5.1. Repúdio ao abuso de direito	227
6. Questões de concursos	228

Capítulo XV

PROTEÇÃO CONTRATUAL	229
1. O contrato de consumo: distância do modelo clássico	229
2. A função social dos contratos	229
3. Necessidade de prévio conhecimento do conteúdo contratual pelo consumidor	229
4. Necessidade de redação clara e inteligível dos contratos de consumo	230
4.1. São válidas as limitações contratuais de direitos do consumidor?	231
5. Necessidade de interpretação favorável ao consumidor	232
5.1. Como interpretar a expressão “danos pessoais” nos contratos de seguro	233
6. Escritos particulares, recibos e pré-contratos	234
7. Direito de desistência imotivada sete dias após a conclusão do contrato	235
7.1. Devolução dos valores pagos pelo consumidor	236
8. Garantia contratual	236

9. Questões de concursos	238
--------------------------------	-----

Capítulo XVI

CLÁUSULAS ABUSIVAS	241
1. Sistema de nulidades do CDC	241
2. Análise das cláusulas abusivas do CDC	242
3. Cláusulas de abertura: a importante função da jurisprudência	251
3.1. Ofensa aos princípios fundamentais do sistema jurídico	251
3.2. Restrição de direitos fundamentais ou violação do equilíbrio contratual	252
3.3. Cláusula excessivamente onerosa para o consumidor: análise das circunstâncias peculiares ao caso	254
4. É possível separar a cláusula abusiva do restante do contrato?	255
5. Controle abstrato das cláusulas abusivas	255
6. Contratos que envolvam outorga de crédito ou financiamento: dever de informação	256
7. Multas de mora: limite nos contratos de consumo	258
8. Pagamento antecipado da dívida: redução dos juros e encargos	258
9. Nulidade das cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas	259
10. Restituição dos valores nos contratos de consórcio	261
11. Obrigatoriedade de que os valores sejam expressos em moeda nacional	262
12. Questões de concursos	263

Capítulo XVII

CONTRATOS DE ADESÃO	267
1. Conceito legal	267
2. Interpretação contra o estipulante	267
3. Cláusula de eleição de foro em contrato de adesão	269
4. Cláusulas que limitam direitos dos consumidores	269
5. Questões de concursos	270

Capítulo XVIII

DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	271
1. Interesses ou direitos difusos	271
2. Interesses ou direitos coletivos	272
3. Interesses ou direitos individuais homogêneos	273
3.1. Legitimação do Ministério Público	274
3.1.1. Interesse indisponível	274

SUMÁRIO

3.1.2. Interesse social	275
4. Legitimação concorrente	276
4.1. Os Procons podem propor ações coletivas em prol dos consumidores?	278
4.2. Os Procons podem figurar no pólo passivo das lides?	278
5. Estímulo à efetividade: admissibilidade de todas as espécies de ações	280
5.1. As <i>astreintes</i> podem ser impostas contra a fazenda pública?	283
5.2. As <i>astreintes</i> podem ser determinadas de ofício?	283
5.3. A obtenção do resultado prático equivalente	284
6. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos	287
7. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços	291
7.1. Em que foro devem ser propostas as ações intentadas pelo consumidor?	291
8. Da coisa julgada	294
9. Questões de concursos	299
Questões diversas	303
Bibliografia	311
Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990	319